

UM PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 1996-2009

Maurício Reis*

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro passou por mudanças importantes entre 1996 e 2009. Durante esse período, a taxa de participação na força de trabalho apresentou uma tendência positiva, a taxa de desemprego também aumentou, os rendimentos do trabalho oscilaram intensamente, enquanto o grau de informalidade mostrou uma tendência de redução. Além disso, essas variáveis apresentaram comportamentos bem diferentes quando analisadas por subgrupos da população.

O objetivo desta nota é apresentar uma descrição do mercado de trabalho brasileiro no período 1996-2009, tanto em termos agregados, como entre grupos de idade, escolaridade, gênero e área de residência. Essa descrição é baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 DADOS

O comportamento do mercado de trabalho é descrito nesta nota a partir da evolução de alguns indicadores importantes, calculados com base nos dados da PNAD. São incluídos na análise dados de indivíduos com 10 anos de idade ou mais, para o período de 1996 até 2009.¹ Para manter a comparabilidade ao longo do tempo, são excluídos os indivíduos residentes nas áreas rurais da região Norte, de 2004 em diante, pois apenas a partir desse ano essas áreas passaram a fazer parte da PNAD.

Quatro variáveis são analisadas nesta nota: as taxas de participação e de desemprego, o rendimento médio do trabalho principal e o grau de informalidade. As duas primeiras variáveis são definidas com base na condição do indivíduo na semana de referência da PNAD, que é a semana anterior à realização da entrevista, conforme a descrição a seguir. Um indivíduo é classificado como participante do mercado de trabalho se estiver ocupado ou desempregado. São considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, assim como os que exerceram trabalho não remunerado nesse mesmo período durante pelo menos 15 horas. Os indivíduos que possuíam trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados também são considerados ocupados. No entanto, não são considerados como ocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou na construção própria na semana de referência. Os desempregados são os indivíduos que

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

1. As informações para 2000 não estão disponíveis, pois a PNAD não é realizada nos anos em que são feitos os censos demográficos.

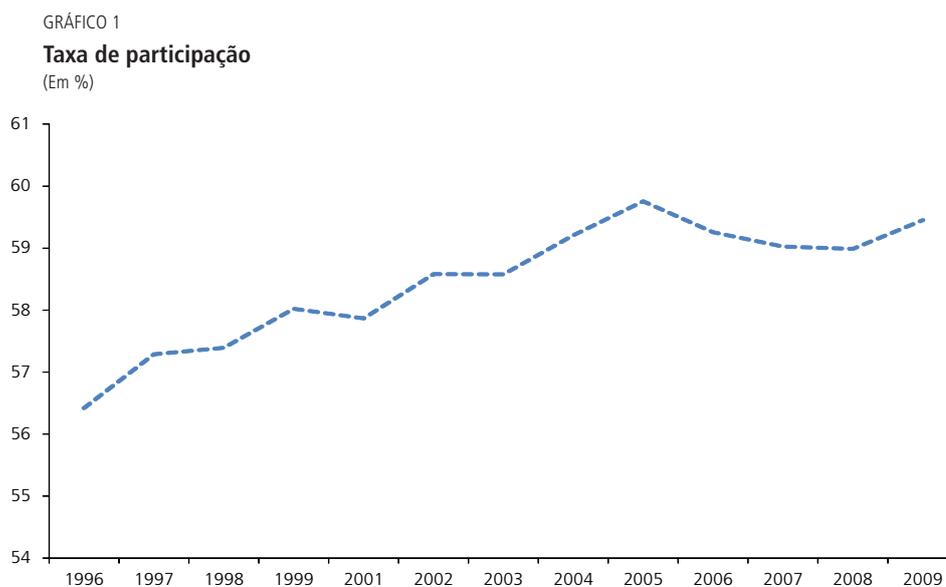
não trabalharam, mas procuraram emprego na semana de referência, e aqueles que exerceram trabalho não remunerado por menos de 15 horas na semana de referência, mas procuraram trabalho. Já os que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram emprego, são classificados como desempregados. O indivíduo é considerado inativo, ou seja, não está participando do mercado de trabalho, caso não esteja ocupado e nem procurando emprego na semana de referência.

O rendimento do trabalho se refere à remuneração mensal recebida pelo indivíduo no seu trabalho principal. Para permitir comparações ao longo do tempo, o rendimento do trabalho é deflacionado usando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O grau de informalidade é definido como a razão entre o total de trabalhadores informais (empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados) e o total de ocupados, que inclui, além dos grupos anteriormente classificados como informais, os empregados com carteira, funcionários públicos, militares e empregadores.

Para cada um dos indicadores de mercado de trabalho discutidos acima, são realizadas análises desagregadas por região metropolitana (RM) e região não metropolitana (RNM), escolaridade, idade e gênero. Os grupos educacionais utilizados são os seguintes: *i*) menos de 4 anos de escolaridade; *ii*) entre 4 e 7 anos de estudo; *iii*) entre 8 e 10 anos; e *iv*) com 11 anos de estudo ou mais. Para os grupos etários, são definidas as seguintes categorias: *i*) entre 10 e 14 anos de idade; *ii*) entre 15 e 24; *iii*) entre 25 e 49; e *iv*) com 50 anos ou mais.

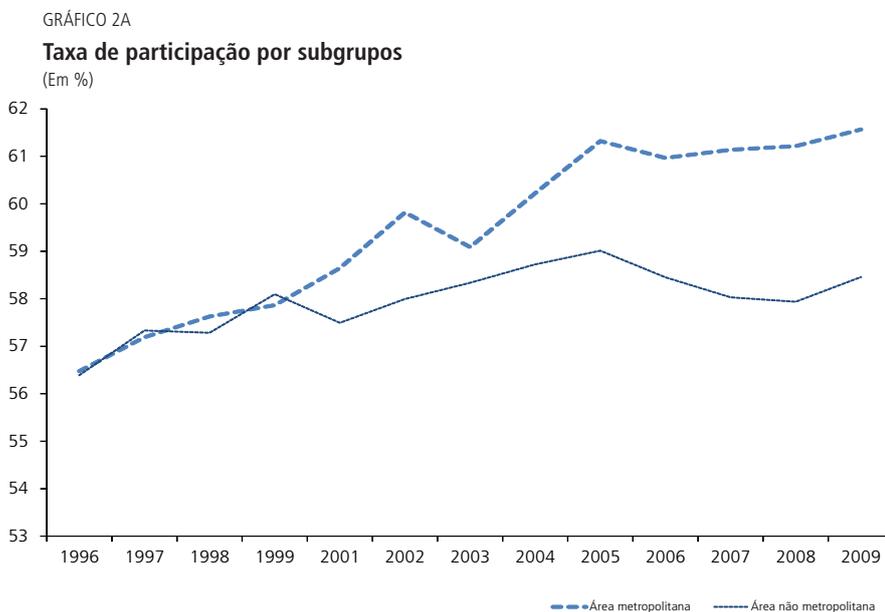
3 PARTICIPAÇÃO

Como mostra o gráfico 1, a taxa de participação aumentou 3 pontos percentuais (p.p.) no Brasil entre 1996 e 2009. Em 1996, 56,4% dos indivíduos com 10 anos de idade ou mais se encontravam participando do mercado, enquanto em 2009 a taxa de participação aumentou para 59,5%. Até 2005 a tendência foi de aumentos graduais a cada ano. Essa tendência foi seguida de reduções na taxa de participação até 2008, e por uma retomada no crescimento dessa variável em 2009.

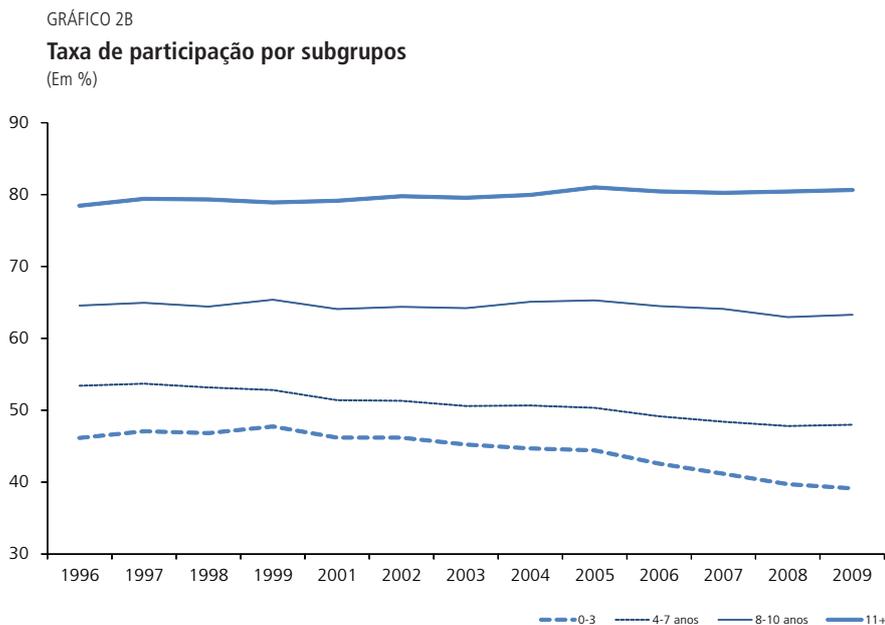


Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME)/IBGE.

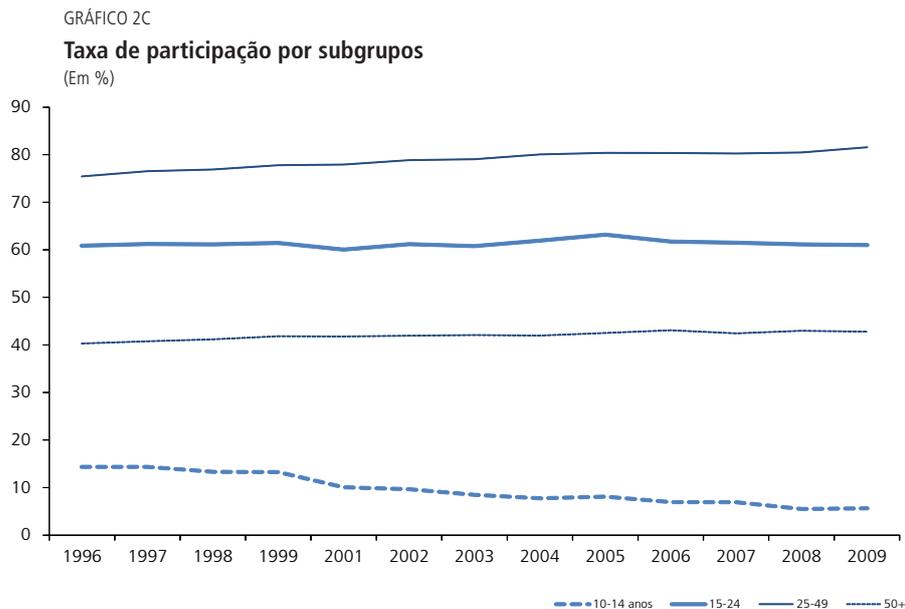
O gráfico 2 mostra que a participação teve comportamentos bastante distintos entre os diferentes subgrupos populacionais. Nota-se que as taxas de participação eram praticamente idênticas nas RMs e nas RNMs em 1996 (gráfico 2A). Embora a participação tenha aumentado em ambas as regiões ao longo do tempo, o crescimento foi mais acentuado nas RMs, resultando em uma diferença de 3 p.p. em relação às áreas não metropolitanas.



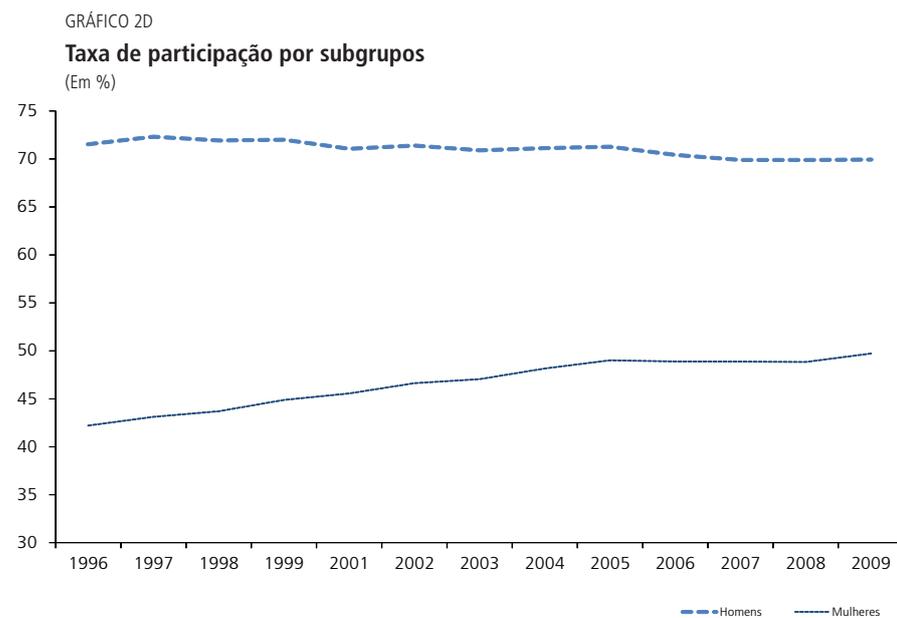
Diferenças entre os grupos de escolaridade podem ser notadas na gráfico 2B. Em 1996, a taxa de participação dos indivíduos com escolaridade entre 0 e 3 anos era igual a 46,2%, enquanto para aqueles com 11 anos de estudo ou mais, a taxa de participação era de 78,5%. Além disso, as variações ao longo do tempo também foram bem diferentes. Para os menos escolarizados, ocorreu uma redução de 7 p.p. entre 1996 e 2009. Já para o grupo mais escolarizado, foi verificado um aumento de 2 p.p. na taxa de participação durante o mesmo período.



As diferenças entre as taxas de participação por grupo etário são acentuadas, como mostra o gráfico 2C. Entre os indivíduos com idade entre 25 e 49 anos a taxa de participação era de 75,5% em 1996. Nesse mesmo ano, a taxa de participação era igual a 60,9% para os jovens com idade entre 15 e 24 anos, 40,3% para aqueles com 50 anos ou mais e 14,4% para crianças com idade entre 10 e 14 anos. Ao longo do período analisado, a taxa de participação aumentou 6 p.p. para o grupo com idade entre 25 e 49 anos e 2,5 p.p. para o grupo dos mais velhos. Para os jovens, a participação permaneceu praticamente estável, e para as crianças ocorreu uma redução de quase 10 p.p. Diferenças por gênero podem ser verificadas no gráfico 2D.



Fonte: PME/IBGE.

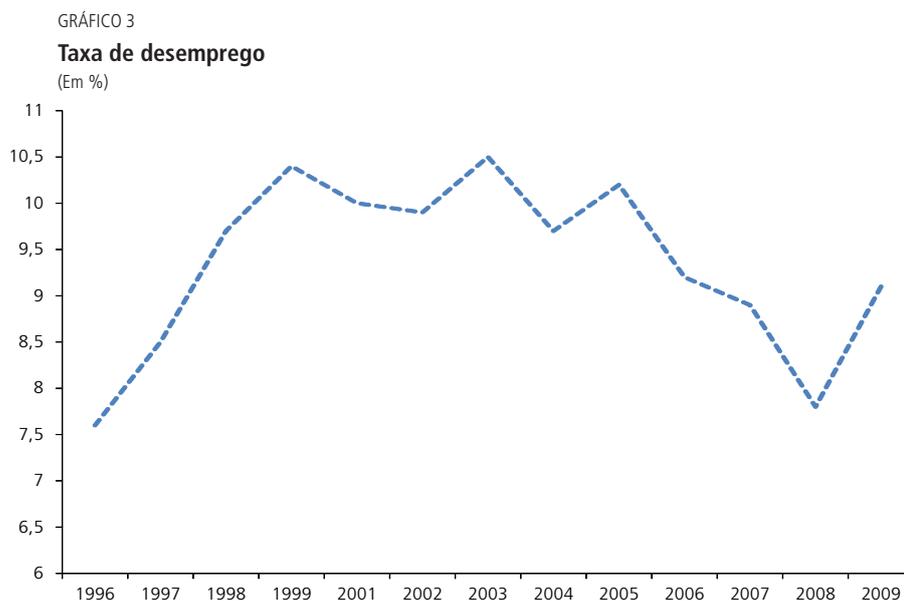


Fonte: PME/IBGE.

De acordo com o gráfico 2D em 1996, 42,2% das mulheres participavam do mercado de trabalho, enquanto a taxa de participação dos homens era igual a 71,5% nesse mesmo ano. Entre 1996 e 2009, esse hiato foi parcialmente reduzido, já que a taxa de participação diminuiu 1,5 p.p. entre os homens e aumentou 7,5 p.p. entre as mulheres.

4 DESEMPREGO

O gráfico 3 mostra a evolução da taxa de desemprego durante o período de 1996 até 2009. Entre o ano inicial de análise e 1999, a taxa de desemprego passou de 7,6% para 10,4%, permanecendo nesse patamar mais elevado até 2005, quando iniciou uma tendência de queda até 2008. A taxa de desemprego voltou a aumentar entre 2008 e 2009, passando de 7,8% para 9,1% da força de trabalho. Durante todo o período analisado, portanto, a taxa de desemprego aumentou 1,5 p.p.

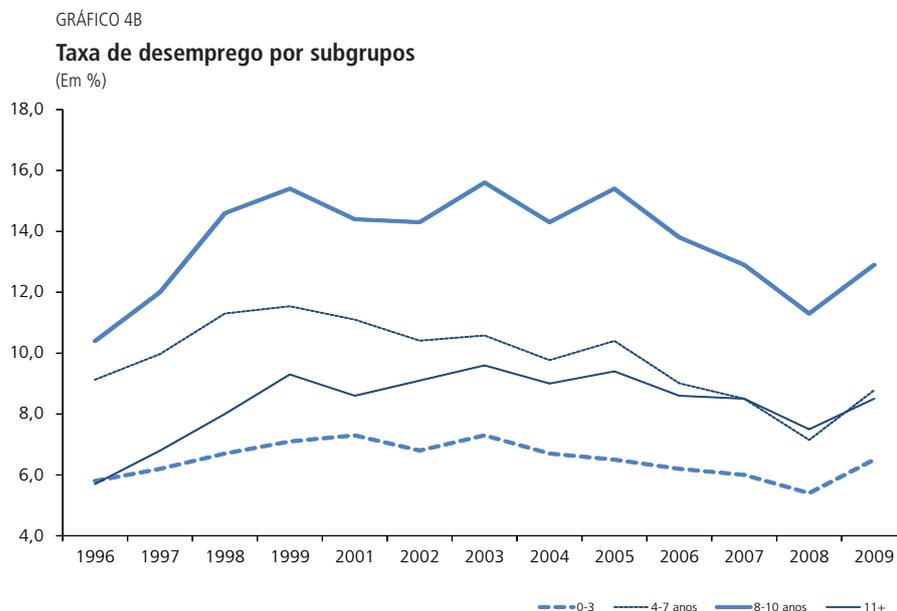
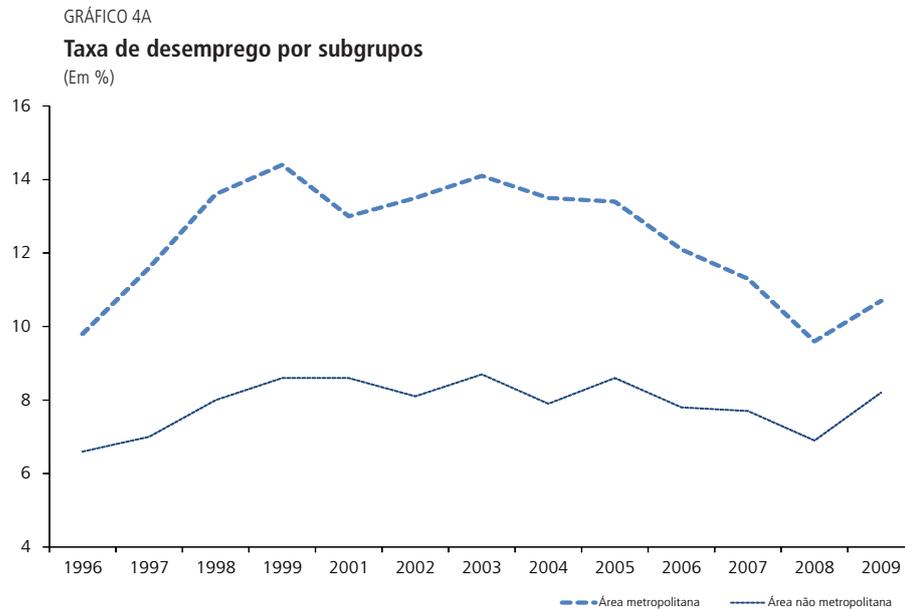


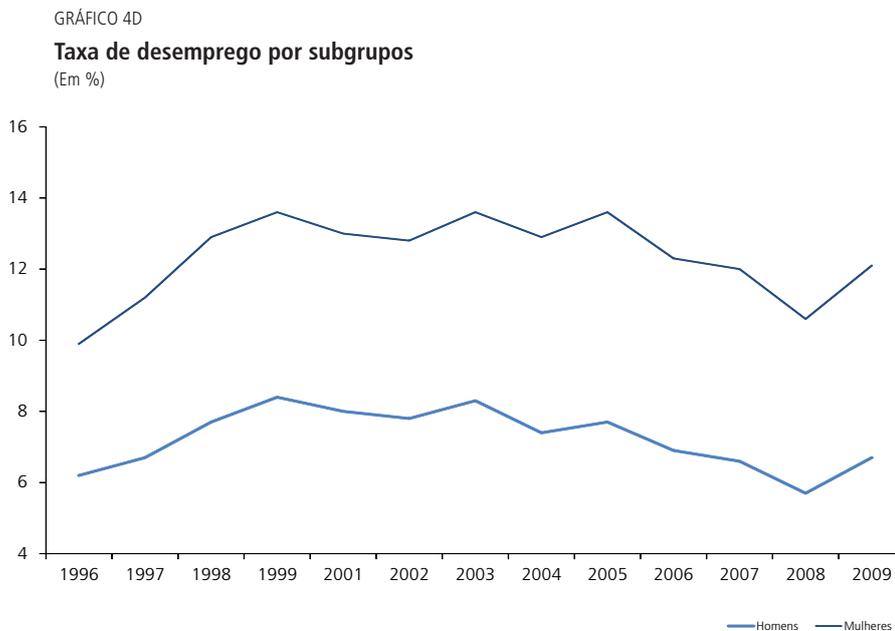
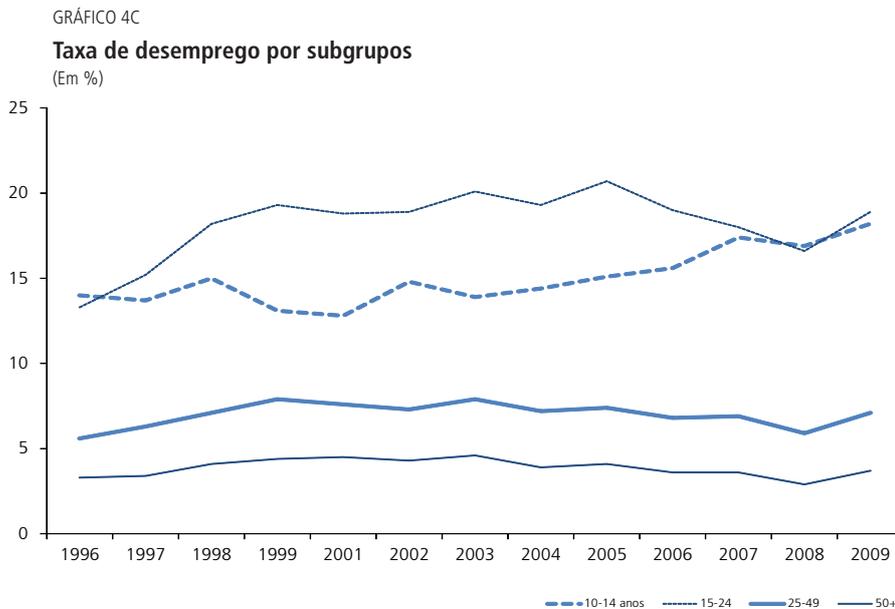
Fonte: PME/IBGE.

Em 1996, a taxa de desemprego nas RMs era cerca de 3 p.p. maior do que nas áreas não metropolitanas (gráfico 4A). O aumento do desemprego até meados da década seguinte foi mais acentuado para o primeiro grupo, que chegou a registrar 14,1% de desemprego em 2003. A redução do desemprego após 2005, porém, também foi mais intensa nas RMs, levando a uma diminuição no diferencial em relação às áreas não metropolitanas para um nível um pouco inferior ao verificado inicialmente em 1996.

As taxas de desemprego em 1996 eram bem mais baixas para os indivíduos com 3 anos ou menos de escolaridade e para aqueles com 11 anos ou mais de estudo (gráfico 4B). Ao longo do tempo, todos os grupos de escolaridade apresentaram comportamentos cíclicos semelhantes com relação às taxas de desemprego, embora a variação total tenha sido mais acentuada para os mais escolarizados. Esse grupo experimentou um aumento de 2,7 p.p. na taxa de desemprego entre 1996 e 2009, o que pode ser consequência, em parte, do aumento na taxa de participação, que foi maior para os mais escolarizados.

As crianças e os jovens com idade entre 15 e 24 anos foram os grupos etários que apresentaram os maiores aumentos na taxa de desemprego entre 1996 e 2009 (gráfico 4C). Para o primeiro grupo, o desemprego passou de 14% para 18,2%, e para o segundo o aumento foi de 13,3% para 18,9%. Os grupos com idade entre 25 e 49 anos e com 50 anos ou mais já apresentavam as taxas de desemprego mais baixas em 1996, 5,6% e 3,3%, respectivamente. Enquanto para o primeiro grupo o aumento na taxa de desemprego até 2009 foi de 1,5 p.p., para o segundo foi de apenas 0,4 p.p.

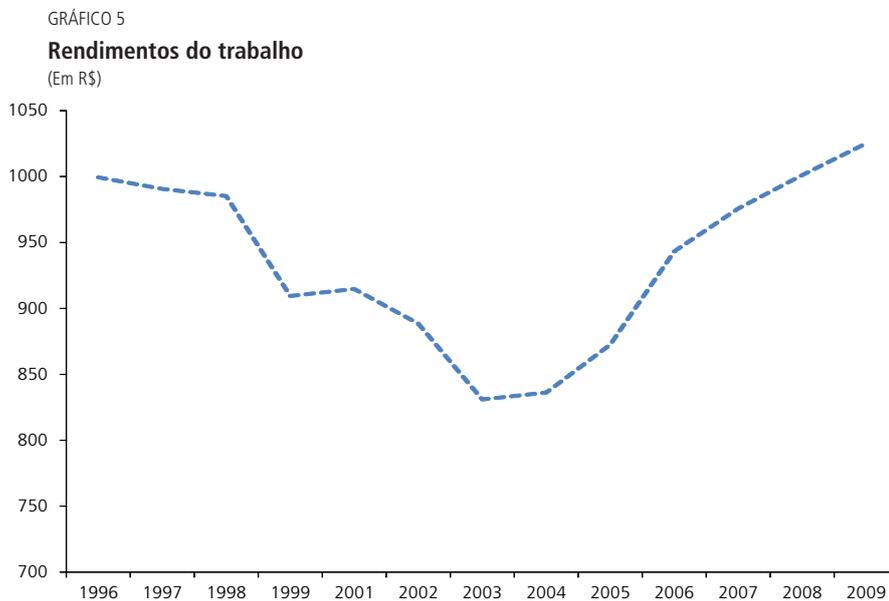




Como mostra a gráfico 4D, as mulheres apresentam taxas de desemprego mais elevadas do que os homens. Em 1996, as taxas de desemprego de mulheres e homens eram iguais a 9,9% e 6,2%, respectivamente. Entre 1996 e 2009, a variação para o primeiro grupo foi de 2,2 p.p., enquanto para o segundo foi de 0,5 p.p., ampliando ainda mais o diferencial por gênero. Deve-se notar, porém, que a taxa de participação das mulheres aumentou nesse período, enquanto a dos homens diminuiu.

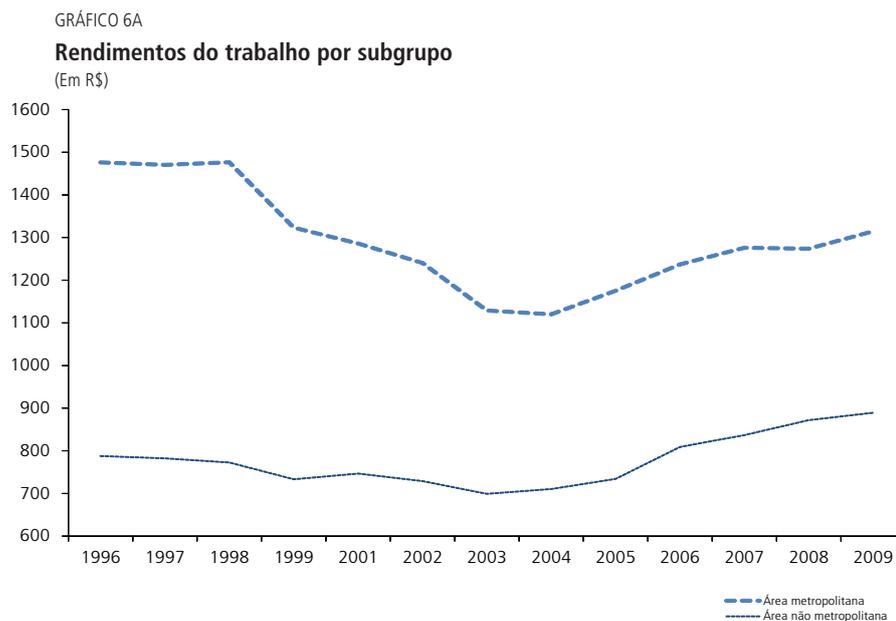
5 RENDIMENTOS

Os rendimentos do trabalho apresentam tendências bem distintas nos períodos de 1996 a 2003 e de 2003 a 2009 (gráfico 5). No primeiro, a tendência foi de queda, com a média dos rendimentos passando de R\$ 999 para R\$ 831, o que representa uma redução de 17%. No segundo período, a média dos rendimentos aumentou 23%, chegando a R\$ 1.025 em 2009. Durante todo o período, a média dos rendimentos do trabalho aumentou apenas 2,6%.



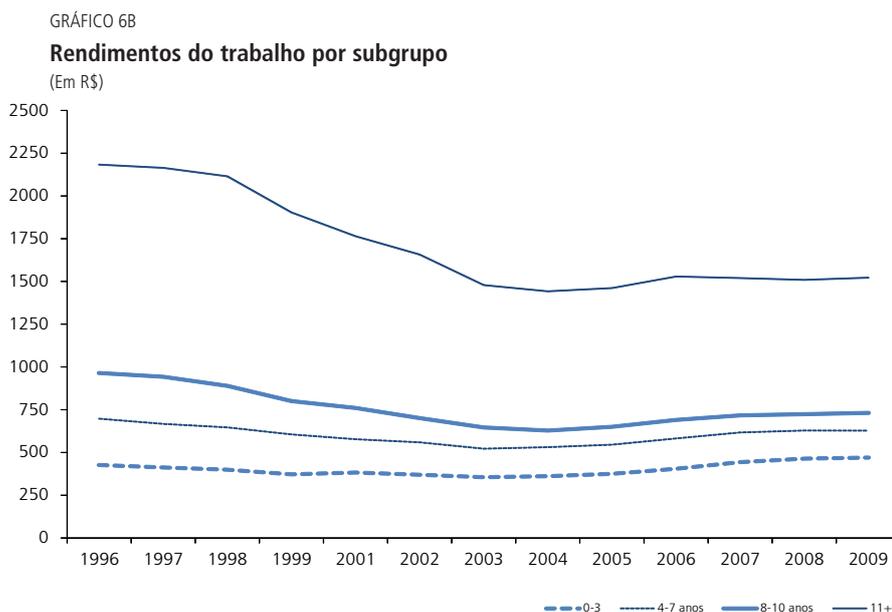
Fonte: PME/IBGE.

Os rendimentos do trabalho nas RMs eram quase 90% maiores do que nas áreas não metropolitanas em 1996 (gráfico 6A). Em 2009, essa diferença diminuiu para cerca de 50%, como resultado de uma redução de 11% nas RMs e um aumento na média dos rendimentos correspondente a 13% nas áreas não metropolitanas. Em ambas as regiões, o comportamento cíclico foi semelhante ao observado na variável agregada.



Fonte: PME/IBGE.

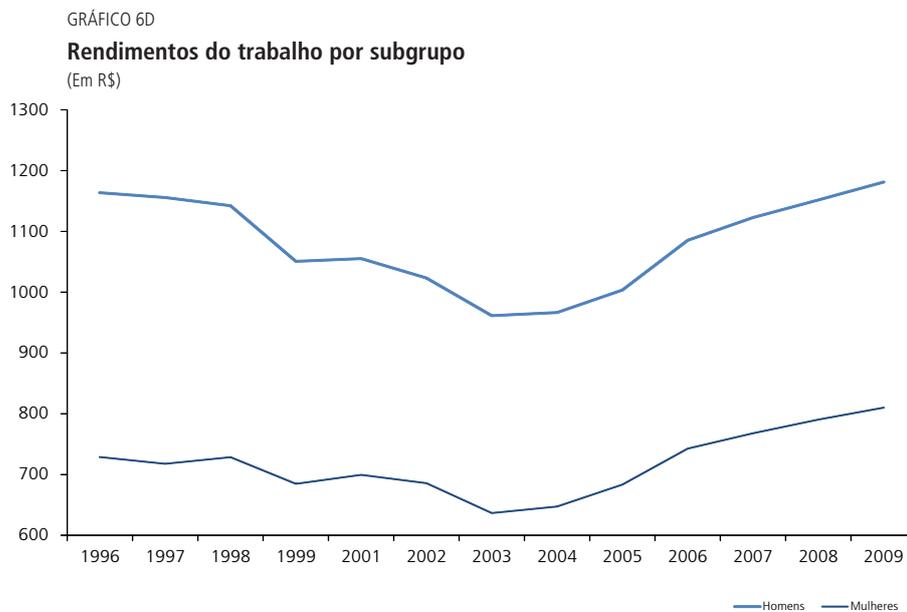
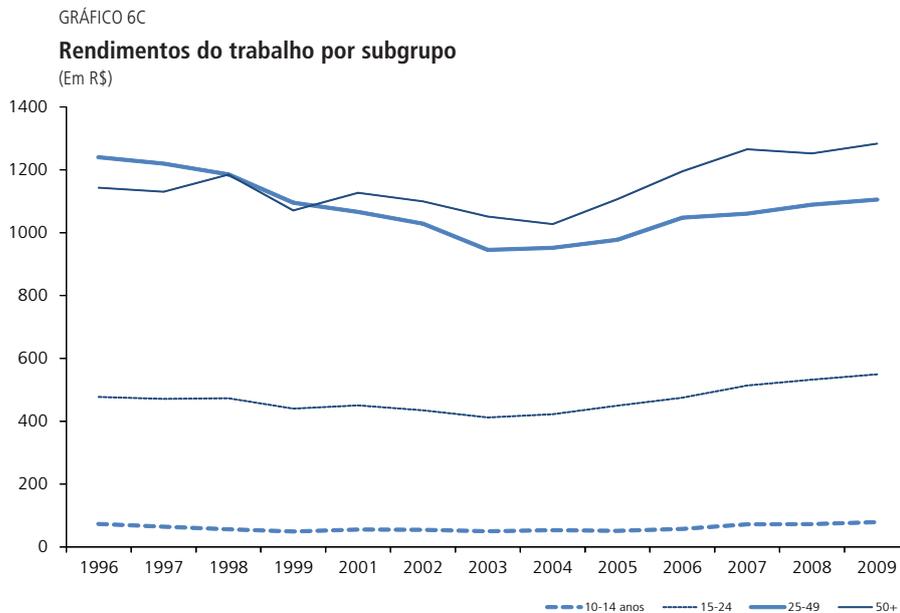
As diferenças de rendimentos entre os grupos de escolaridade são muito acentuadas (gráfico 6B). Ao longo do tempo, os rendimentos dos menos escolarizados aumentaram 10%, enquanto os demais grupos experimentaram reduções nos rendimentos. No período de 1996 a 2003, os rendimentos diminuíram para todos os grupos, mas o crescimento que ocorreu em seguida foi mais suave em relação ao comportamento da variável agregada, indicando que mudanças na composição educacional, com aumento na parcela de indivíduos mais escolarizados, foram importantes para que os rendimentos não diminuíssem entre 1996 e 2009. Percebe-se no gráfico 6B que trabalhadores com 11 anos ou mais de estudos recebiam, em média, rendimentos cinco vezes maiores do que os indivíduos com 3 anos ou menos de estudo em 1996. Embora esse diferencial tenha diminuído, ainda permanece muito elevado em 2009.



Fonte: PME/IBGE.

De acordo com a gráfico 6C, os trabalhadores com idade entre 25 e 49 anos e aqueles com 50 anos ou mais, apresentavam rendimentos semelhantes em 1996. As oscilações ao longo do tempo também foram muito parecidas entre esses dois grupos, embora mais favoráveis aos mais velhos. A média de rendimentos dos jovens com idade entre 15 e 24 anos, apesar de bem inferior em relação aos dois primeiros grupos, aumentou 15% entre 1996 e 2009. Para as crianças com idade entre 10 e 14 anos, os rendimentos são extremamente baixos, e permaneceram praticamente constantes ao longo do tempo.

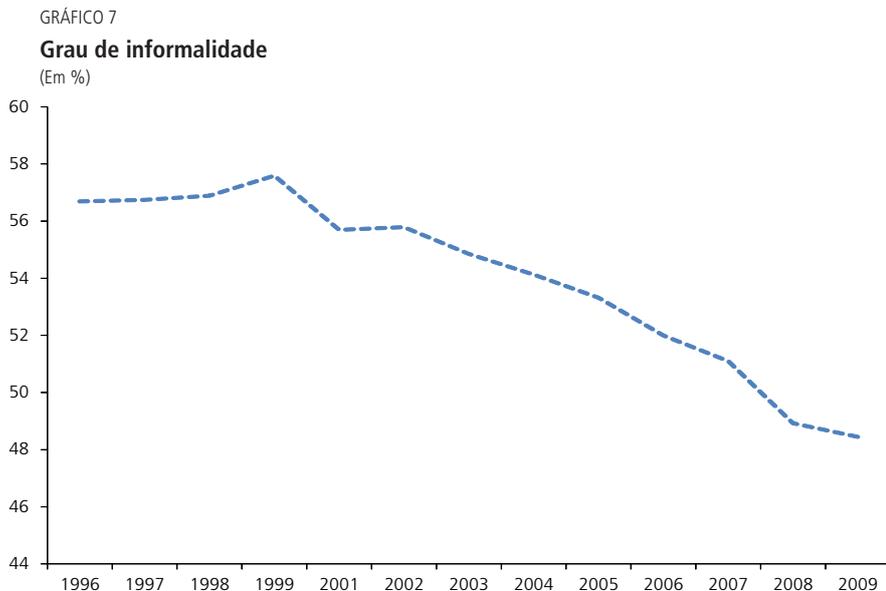
Em 1996, os homens possuíam rendimentos do trabalho maiores do que as mulheres em cerca de 60% (gráfico D). Esse diferencial diminuiu para 46% em 2009 com o aumento nos rendimentos das mulheres. Tanto para homens quanto para mulheres, os rendimentos apresentam dois períodos bem marcantes, de queda até 2003 e de crescimento a partir de então.



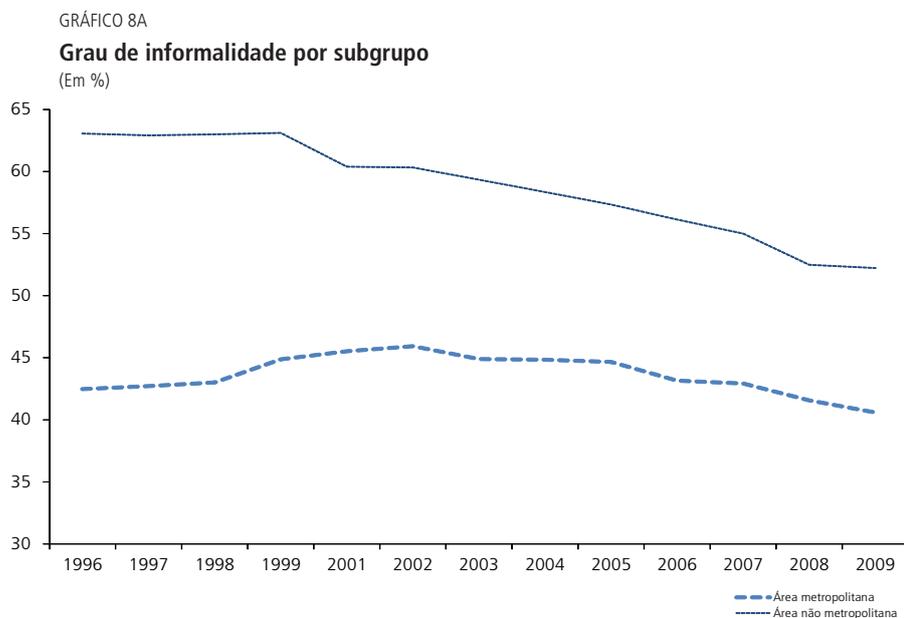
6 INFORMALIDADE

Como mostra o gráfico 7, o grau de informalidade ficou praticamente estável entre 1996 e 1999, e a partir desse período apresentou uma tendência decrescente, diminuindo de 57,6% para 48,5% em 2009.

A informalidade é mais acentuada nas áreas não metropolitanas. O gráfico 8A mostra que em 1996 a taxa de informalidade nessas áreas era de 63%, enquanto nas RMs era igual a 42,5%. As reduções ao longo do tempo foram mais acentuadas nas áreas não metropolitanas, com o grau de informalidade diminuindo 11 p.p., enquanto nas RMs a redução foi de 2 p.p.



Fonte: PME/IBGE.



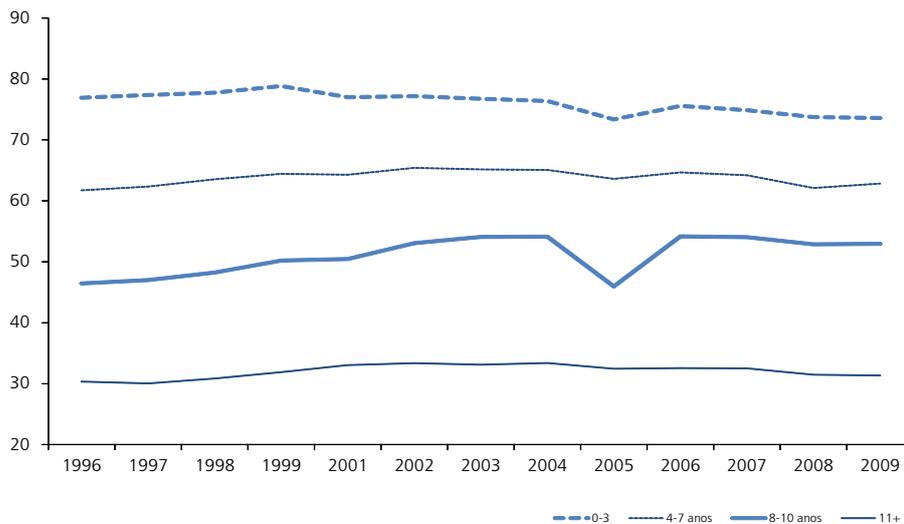
Fonte: PME/IBGE.

O grau de informalidade diminui com o nível educacional, como se pode perceber pelo gráfico 8B. Para os indivíduos com 11 anos ou mais de escolaridade, o grau de informalidade em 1996 era igual a 30%, enquanto para aqueles com 3 anos de estudo ou menos, o grau de informalidade era de quase 80% nesse mesmo ano. Entre 1996 e 2009, notam-se poucas alterações para cada um dos grupos isoladamente, com a informalidade aumentando em três dos quatro grupos representados. Esse resultado indica que as mudanças na composição dos grupos de escolaridade foram importantes para gerar a queda observada no grau de informalidade agregada. Com o aumento no nível de escolaridade, o conjunto de trabalhadores ocupados passou a contar com uma parcela cada vez maior de indivíduos mais escolarizados com baixo grau de informalidade do que de pessoas com pouca escolaridade e elevado grau de informalidade.

GRÁFICO 8B

Grau de informalidade por subgrupo

(Em %)



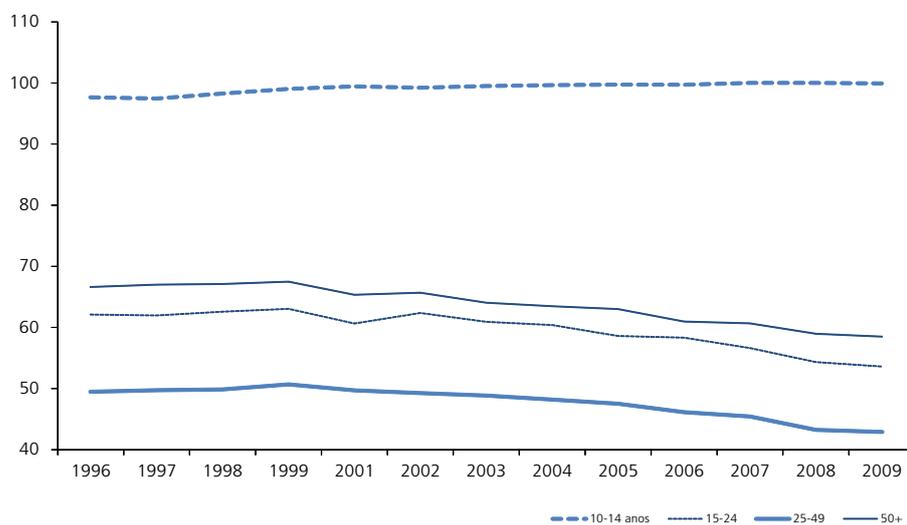
Fonte: PMENIBGE.

Em 1996, o grau de informalidade por idade variava entre 50% para o grupo com idade entre 25 e 49 anos e a totalidade de trabalho informal entre as crianças (gráfico 8C). Entre 1996 e 2009, os dois grupos que apresentaram as maiores mudanças foram aqueles formados por indivíduos com idade entre 15 e 24 anos e com 50 anos ou mais, que reduziram o grau de informalidade em 9 p.p. e 7,5 p.p., respectivamente.

GRÁFICO 8C

Grau de informalidade por subgrupo

(Em %)



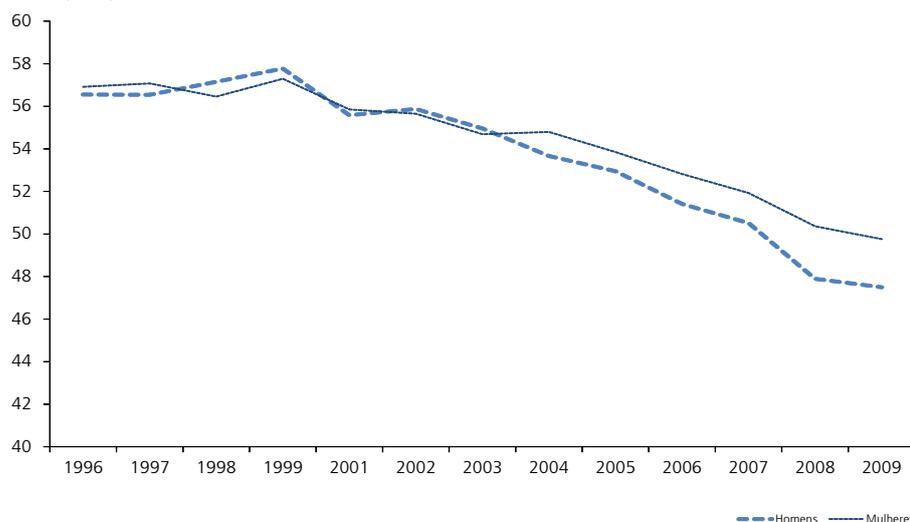
Fonte: PMENIBGE.

O gráfico 8D mostra que as diferenças no grau de informalidade por gênero eram muito pequenas em 1996, com taxas em torno de 57% para ambos os grupos. Entre 1996 e 2009, o grau de informalidade diminuiu 9 p.p. entre os homens e 7,1 p.p. entre as mulheres.

GRÁFICO 8D

Grau de informalidade por subgrupo

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

7 CONCLUSÕES

Nesta nota, foram analisadas as trajetórias de alguns indicadores de desempenho do mercado de trabalho brasileiro no período de 1996 até 2009. Alguns indicadores mostram resultados positivos, como o aumento da taxa de participação e a redução no grau de informalidade, outros apresentam resultados negativos, como o aumento da taxa de desemprego, enquanto os rendimentos permaneceram praticamente constantes.

As trajetórias de todas as variáveis agregadas parecem ter sido bastante beneficiadas pelo aumento no nível educacional da população brasileira, principalmente nos casos da participação e da informalidade. Os mais escolarizados apresentam os melhores indicadores de desempenho no mercado de trabalho. Portanto, com as mudanças na composição educacional da força de trabalho ao longo do tempo, as variáveis agregadas passam a ser muito mais influenciadas pelo comportamento dos mais escolarizados do que daqueles com pouca escolaridade.

A taxa de desemprego e a média dos rendimentos têm comportamentos cíclicos bastante associados ao desempenho macroeconômico. O ritmo de crescimento mais lento até 2003 foi acompanhado de aumento no desemprego e queda nos rendimentos, enquanto o período seguinte, que apresentou um crescimento mais acelerado da economia, foi caracterizado por redução do desemprego e aumento dos rendimentos.

Os indicadores tiveram comportamentos bastante heterogêneos entre os subgrupos da população. Nota-se que o aumento da participação foi mais acentuado para as mulheres, os indivíduos mais escolarizados, os residentes nas RMs, e as pessoas com idade entre 25 e 49 anos. Já o aumento da taxa de desemprego foi particularmente mais intenso para os jovens com idade entre 15 e 24 anos e as mulheres. Reduções nos rendimentos foram observadas para os residentes nas RMs, os indivíduos com idade entre 25 e 49 anos, e todos aqueles com pelo menos quatro anos de estudo. O grau de informalidade, que diminuiu em termos agregados, apresentou aumentos para todos os grupos educacionais, exceto aquele composto pelos menos escolarizados.